

A NOÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL SEGUNDO TEÓRICOS E INSTITUIÇÕES DE SALVAGUARDA ANGLO-SAXÕES E BRASILEIROS

DAVI DORNELLES RODRIGUES DE SOUZA VALENTIM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE, PERNAMBUCO, BRASIL

Arquiteto e urbanista, mestre em Conservação Integrada pelo Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU-UFPE), pesquisador do Laboratório de Urbanismo e Patrimônio (LUP-UFPE).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1570-8170>

E-mail: davi.dornelles@gmail.com

(continua...)

A NOÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL SEGUNDO TEÓRICOS E INSTITUIÇÕES DE SALVAGUARDA ANGLO-SAXÕES E BRASILEIROS

(continuação)

VIRGÍNIA PITTA PONTUAL, UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE,
PERNAMBUCO, BRASIL

Doutora em Ciências Sociais pela École d'Urbanisme de Paris, professora titular do Mestrado
em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU-UFPE),
coordenadora do Laboratório de Urbanismo e Patrimônio (LUP-UFPE).

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8626-6675>

E-mail: virginiapontual@gmail.com

(continua...)

A NOÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL SEGUNDO TEÓRICOS E INSTITUIÇÕES DE SALVAGUARDA ANGLO-SAXÕES E BRASILEIROS

(continuação)

ROSANE PICCOLO LORETTO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO,
SÃO PAULO, BRASIL

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (FAU-USP),
diretora de tombamento no Centro de Estudos de Inventário e Tombamento de
Conjuntos Arquitetônicos e Arqueológicos e de Áreas Naturais da Unidade de
Preservação do Patrimônio Histórico da Secretaria do Estado da Cultura do Governo
do Estado de São Paulo.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9593-7370>

E-mail: rosanepiccolo@yahoo.com.br

DOI

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v17i34p10-31>

RECEBIDO

30/06/2020

APROVADO

20/12/2022

A NOÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL SEGUNDO TEÓRICOS E INSTITUIÇÕES DE SALVAGUARDA ANGLO-SAXÕES E BRASILEIROS

DAVI DORNELLES RODRIGUES DE SOUZA VALENTIM, VIRGÍNIA PITTA PONTUAL,
ROSANE PICCOLO LORETTO

RESUMO

Este artigo propõe-se a analisar a noção de significância cultural, em seus aspectos teóricos e práticos da contemporaneidade, a partir da pesquisa bibliográfica realizada entre os principais pesquisadores da conservação e instituições de salvaguarda do patrimônio que debatem sobre o conceito: os anglo-saxões e os brasileiros. A significância cultural surge na década de 1980, e a sua compreensão está relacionada aos valores patrimoniais e ao reconhecimento dos bens culturais como patrimônio. Durante os primeiros vinte anos, pesquisadores anglo-saxões dedicaram-se a questionar a compreensão da significância percebida nas práticas das instituições de salvaguarda, que centravam a pesquisa sobre os valores patrimoniais nos técnicos e especialistas, enquanto os teóricos defendiam o envolvimento de atores sociais diversos na validação destes valores. Nos últimos vinte anos, pesquisadores brasileiros identificaram duas abordagens distintas adotadas no entendimento de significância: uma objetiva, focada no reconhecimento dos valores dos especialistas; e outra relativista, que assume os valores patrimoniais como socialmente atribuídos. Passadas quatro décadas desde a publicação da primeira edição da *Carta de Burra* (1979-2019), esta pesquisa questiona: como tem sido compreendida e aplicada a noção de significância por teóricos e instituições de salvaguarda? O presente artigo tem como foco principal investigar se a teoria e prática contemporâneas dos países que mais contribuíram para alavancar a significância cultural estariam alinhadas ideologicamente e quais os desafios já apontados pela significância a serem superados, para que a noção possa ser adotada como instrumento de salvaguarda.

PALAVRAS-CHAVE

Significância cultural. Valores patrimoniais. Teoria da conservação.

THE NOTION OF CULTURAL SIGNIFICANCE BASED ON ANGLO-SAXON AND BRAZILIAN SAFEGUARD THEORISTS AND INSTITUTIONS

DAVI DORNELLES RODRIGUES DE SOUZA VALENTIM, VIRGÍNIA PITTA PONTUAL,
ROSANE PICCOLO LORETTO

ABSTRACT

This article is dedicated to analyzing the notion of cultural significance, in its theoretical and practical aspects of contemporary times, based on the bibliographic research carried out among the main conservation researchers and institutions that safeguard the heritage that debate about the concept: the Anglo-Saxons and the Brazilians. Cultural significance emerged in the 1980s, and its understanding is related to heritage values and the recognition of cultural assets as heritage. During its first twenty years, Anglo-Saxon researchers focused on questioning the understanding of the significance perceived in the practices of safeguard institutions, which centered research on heritage values in technicians and specialists, whereas theorists advocated the involvement of diverse social actors in the validation of these values. In the last twenty years, Brazilian researchers have identified two distinct approaches adopted in understanding significance: one objective, focused on the recognition of the experts' values; and another relativist, which assumes patrimonial values as socially attributed. Four decades after the publication of the first edition of the *Burra Charter* (1979-2019), this research asks: how has the notion of significance been understood and applied by theorists and safeguard institutions? The main purpose of this article is to investigate if a contemporary theory and practice of the countries that most contributed to leveraging the cultural significance was ideologically aligned and what challenges have already been pointed out by the significance to be overcome, so that the notion can be used as a safeguard instrument.

KEYWORDS

Cultural significance. Heritage values. Theory of conservation.

1 INTRODUÇÃO

A noção de significância está presente em registros documentais do National Park Service (NPS), instituição federal de salvaguarda do patrimônio estadunidense, desde o início do século XX. O vocábulo *significance* era adotado por técnicos do NPS como sinônimo de “importância”, e compreendido como uma “qualidade” dos bens culturais, de acordo com seus aspectos históricos e arqueológicos, reconhecendo-os como patrimônio nacional.

Na segunda metade do século, a significância se faz presente em Cartas Patrimoniais, como a *Carta de Veneza* (1964), quando é mencionada na definição de monumento histórico; e na *Carta de Burra* (1979), quando ganha conceituação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) da Austrália, relacionada aos valores patrimoniais, tema bastante debatido pelo campo da conservação desde o final do século XIX. Contudo, a década de 1980 marca o período de amadurecimento e consolidação do campo da conservação, de modo que, no cenário internacional, a crescente perspectiva de relativismo cultural permite maior amplitude na discussão teórica sobre o patrimônio, e o reconhecimento de “novos” tipos e valores patrimoniais, impulsionando também a significância.

É nesse momento que a Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (Unesco), instituição de salvaguarda do patrimônio mundial, passa a reconhecer a significância como critério a ser atendido por bens a serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial (*World Heritage List* – WHL), além de criar e adotar o conceito de Valor Universal Excepcional (*Outstanding Universal Value* – OUV), que incorpora a noção de significância em sua definição.

No universo da teoria da conservação, a significância foi bastante debatida nas últimas quatro décadas (1979-2019), especialmente por pesquisadores anglo-saxões e brasileiros. Entre os anos 1980 e 1990, foi julgada como um conceito passível de assumir compreensão ambígua, possibilitando duas interpretações: a primeira, de que os valores patrimoniais estavam intrínsecos, ou seja, eram inerentes aos bens culturais; e a segunda, centrada na perspectiva de que os valores patrimoniais eram socialmente atribuídos ao bem, por atores sociais interessados em sua salvaguarda. Até o início dos anos 2000, a significância passa a ser amplamente discutida por pesquisadores anglo-saxões e por instituições internacionais de salvaguarda, como a Unesco e o Icomos, levando ao surgimento dos primeiros esboços metodológicos e consolidando-a como um dos principais crivos contemporâneos da teoria da conservação.

A partir dos anos 2000, a significância passou a receber aprofundadas críticas à sua aplicação prática como instrumento de conservação. Pesquisadores estadunidenses, como Randall Mason (Universidade da Pensilvânia), e as professoras Érica Avrami (Universidade de Columbia) e Marta de La Torre (Universidade Internacional da Florida), que integraram o grupo de pesquisa do Getty Conservation Institute, reforçaram questionamentos sobre a necessidade de envolver maior variedade de atores sociais na conservação, pois, na prática, as instituições de salvaguarda continuavam centradas nos valores considerados intrínsecos, ou naqueles reconhecidos por um grupo de atores sociais, os especialistas.

Pouco tempo depois, a significância se faz presente na discussão teórica dos pesquisadores brasileiros, a exemplo do Centro de Estudos Avançados sobre a Conservação Integrada (Ceci), que publicou uma variedade de textos caracterizando a significância como um conjunto de valores socialmente atribuídos ao bem, reunidos e justificados, no documento chamado Declaração de Significância (DS). Os pesquisadores do Ceci percebem a existência de duas abordagens distintas na compreensão da significância: uma objetiva, centrada no reconhecimento dos valores patrimoniais pelos especialistas do campo; e outra relativista, que assume a importância de consulta aos diversos grupos de atores sociais, no processo de julgamento e validação dos valores.

Entre 1999 e 2019, a significância foi ainda mais debatida em sua esfera teórica, especialmente pelos pesquisadores do Brasil e dos Estados Unidos; uma ponte começou a ser estabelecida entre os países, entre 2015 e 2017, quando quatro edifícios brasileiros exemplares de arquitetura moderna receberam financiamento do programa *Keeping it Modern*, da Fundação Getty, para elaboração de planos de conservação para os exemplares, considerando aspectos como os valores patrimoniais e a significância. Entretanto, à medida que se consolida como noção no campo da conservação, a significância ainda enfrenta desafios para ser adotada enquanto instrumento de preservação nas práticas de salvaguarda do patrimônio, especialmente brasileiro e estadunidense, estando mais presente no discurso e arcabouço teórico das instituições.

Concomitantemente a esse cenário, os pesquisadores da conservação têm debatido, em congressos nacionais e internacionais, a necessidade de criar instrumentos de preservação. Exemplos verificados ao longo desta pesquisa foram os três primeiros simpósios realizados pelo Icomos Brasil, em 2017, 2018 e 2019, que trataram, como tema principal, dos riscos contemporâneos enfrentados pela conservação e da necessidade de serem pensadas novas soluções para desafios do campo, alguns deles já antigos, como a participação social e a orientação da salvaguarda de bens patrimoniais a partir de seus valores. Contudo, a significância é uma noção que trata diretamente de questões como a consulta aos atores sociais e valores patrimoniais e, quando adotada a partir de uma abordagem relativista, pode contribuir para sanar problemas contemporâneos do campo.

Sendo assim, tornou-se questão central desta pesquisa: como a noção de significância cultural tem sido compreendida e aplicada por teóricos e instituições de salvaguarda? Para tanto, assumiu-se como objetivo principal da pesquisa o aprofundamento na teoria e prática contemporâneas dos países que mais contribuíram para o amadurecimento da noção de significância, desde a sua conceituação na primeira edição da *Carta de Burra* (1979-2019) – no caso, Brasil e Estados Unidos.

A metodologia adotada para a realização deste artigo contou com as seguintes etapas de investigação: pesquisa bibliográfica sobre os principais textos da significância publicados entre 1979-2019 por teóricos da conservação e instituições de salvaguarda do patrimônio anglo-saxões

e brasileiros, visando compreender seus entendimentos sobre a noção de significância; pesquisa bibliográfica sobre as instituições federais de salvaguarda anglo-saxãs e brasileiras e sua relação com a significância; análise das contribuições dos teóricos e instituições de salvaguarda anglo-saxões e brasileiros à noção de significância, nos últimos quarenta anos (1979-2019).

2 A NOÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA: DOS PRECEDENTES CONCEITUAIS AO ENTENDIMENTO CONTEMPORÂNEO

Em 1935, o termo *significance* já fazia parte do discurso de técnicos e especialistas estadunidenses, entendido como uma “qualidade” atribuída aos bens reconhecidos como patrimônio nacional. O NPS adotava em sua legislação o *Ato dos Sítios Históricos*¹, no qual está descrito na Seção 1ª: “Fica declarado que é uma política nacional preservar para uso público, locais históricos, edifícios e objetos de significância nacional, para a inspiração e o benefício do povo dos Estados Unidos” (NATIONAL PARK SERVICE, 1935, p. 2, tradução nossa). A significância ainda não era pensada como uma noção ou um instrumento de conservação, mas adotada como expressão vocabular que qualificava e justificava um bem como patrimônio nacional, originando assim, o emprego do termo *significância nacional*, frequente nos documentos da época.

A significância era identificada por profissionais do NPS – majoritariamente historiadores, arqueólogos e arquitetos – a partir dos documentos históricos, que também julgavam se o bem possuía ou não “as qualidades necessárias” para sua inscrição como patrimônio. Considerando que os especialistas do NPS pautavam as significâncias nas análises de cânones históricos, começa a surgir o emprego do termo *significância histórica* nos dossiês de bens culturais estadunidenses.

No início do século XX, eram comumente usados termos como *significância nacional*, *significância histórica* ou *significância arqueológica* para representar a ideia de importância do bem cultural. A teoria da

1. Do original em inglês, *Historic Sites Act* (1935). Este Ato foi promulgado pelo Congresso dos Estados Unidos com o objetivo de regularizar e organizar os parques, monumentos e locais históricos do governo federal, sob a responsabilidade do Serviço Nacional de Parques (NPS) e do Secretário de Interior dos Estados Unidos.

conservação viu o termo *significância cultural* ser mencionado na publicação da Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios, ou *Carta de Veneza*, em 1964. Nela, são apresentados conceitos e definições estabelecidas no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos, organizado pelo Icomos. Está estabelecido que a compreensão de monumento histórico “estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significância cultural” (CARTA DE VENEZA, 1964, Art. 1º, p. 2).

Todavia, a significância só viria a ser conceituada em 1979, com a 1ª edição da Carta do Icomos da Austrália para a conservação de sítios e monumentos com significado cultural, ou *Carta de Burra*. No artigo primeiro, está descrito: “O termo significância cultural designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem, para as gerações passadas, presentes ou futuras” (CARTA DE BURRA, 1979, Art. 1º, p. 1).

A *Carta de Burra* recebeu revisões nos anos de 1981, 1988, 1999 e 2013, nas quais os especialistas do Icomos Austrália buscaram atualizar e incorporar as discussões contemporâneas existentes no campo da conservação sobre a relativização dos valores. A partir da 4ª edição (1999), o termo teve ampliada sua definição, mantida também na versão posterior e atual (2013), que o complementa:

O significado cultural está incorporado no próprio sítio, no seu tecido, na sua envolvente, na sua utilização, nas suas associações, nos seus registros, nos sítios relacionados e nos objetos relacionados. Os sítios podem ter variações de valor para indivíduos ou grupos diferentes (CARTA DE BURRA, 2013, Art. 1.2, p. 5, tradução nossa).

Logo, a significância é compreendida, na *Carta de Burra*, a partir dos valores patrimoniais reconhecidos, socialmente atribuídos e periodicamente cambiáveis, que reconhecem e qualificam este bem como patrimônio de uma sociedade.

3 CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS DE INSTITUIÇÕES ANGLO-SAXÃS DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO

As duas últimas edições da *Carta de Burra* também trouxeram sugestão metodológica para o processo de elaboração dos planos de gestão da conservação, que deveria seguir três etapas, sendo a primeira delas a

compreensão da significância, precedendo os momentos de desenvolvimento e aplicação das políticas de intervenção definidas.

O processo de compreensão da significância é dividido pelo Icomos Austrália em três momentos distintos: a identificação do sítio e as suas associações, sua história, usos, ou seja, a coleta de informações necessárias para entender o bem em questão por meio de pesquisa documental, física e oral; a avaliação da significância a partir da identificação dos valores atribuídos; a redação da Declaração de Significância (DS). O Icomos Austrália também enfatiza que o envolvimento de atores sociais relacionados à salvaguarda do bem deve ocorrer ao longo de todo o processo.

Pouco depois da 4ª edição da *Carta de Burra* (1999), o Heritage Collections Council Austrália (HCC), criado em 1996 como articulação entre governos da Commonwealth, Estado e Território, e o setor de museus, publica um manual sobre significância, em 2001. Esse documento foi posteriormente revisado sob as orientações de Roslyn Russel, e teve sua nova versão publicada em 2009 como *Significance 2.0: a guide to assessing the significance of collections* (RUSSEL; WINKWORTH, 2009). No manual do HCC também são sugeridos passos metodológicos para a elaboração da DS. O processo estruturado pela instituição australiana adota etapas muito similares às propostas na *Carta de Burra*, porém de modo mais fragmentado. Assim como na *Carta de Burra*, a proposta metodológica do HCC aponta passos importantes para a elaboração da DS – por exemplo, que seja um texto sucinto, objetivo, e que esteja focado na compreensão dos valores patrimoniais do bem em questão.

Outra discussão metodológica é encontrada em guias operacionais idealizados por instituições de salvaguarda canadenses. Em 2006, a Historic Places Initiative (HPI), uma colaboração federal, provincial e territorial destinada à conservação no Canadá, criou o *Canadian Register of Historic Places* (CRHP), publicado com o subtítulo *Writing Statements of Significance*. No guia operacional do HPI, os pesquisadores canadenses também assumem a definição de significância publicada pelas edições da *Carta de Burra*, por reconhecê-la como “uma declaração de princípios internacionalmente aceita, que fornece orientação para a conservação e gestão de locais de significância cultural” (CANADIAN..., 2006, p. 11, tradução nossa). Para o HPI (2006), a Declaração de Significância:

É uma declaração dos valores que explicam brevemente o que é o sítio histórico e por que é significativo. A DS identifica os principais aspectos do local que devem ser protegidos para que o sítio histórico continue sendo significativo (CANADIAN..., 2006, p. 4, tradução nossa).

Segundo a instituição canadense, a DS deve ser composta por três seções fundamentais: uma breve descrição do sítio ou monumento histórico avaliado; a identificação dos principais valores patrimoniais atribuídos ao sítio ou monumento histórico; uma lista de seus principais elementos e características. Estrutura também similar às australianas e canadense mencionadas anteriormente.

Ainda que cada instituição tenha desenvolvido uma metodologia que melhor se adaptasse aos seus bens patrimoniais, os guias australianos e canadense convergem operacionalmente a etapas similares, também apontadas na *Carta de Burra*. Contudo, os procedimentos metodológicos discutidos pelas instituições de salvaguarda estão normalmente centrados em como escrever o documento da Declaração de Significância, o produto da análise. Para se chegar à produção da DS, precisam ser identificados os valores patrimoniais do bem cultural, o que tem sido a discussão principal dos teóricos da significância nas últimas décadas, especialmente dos estadunidenses.

Diferente dos guias operacionais australiano e canadense, os Estados Unidos contribuíram para os debates sobre a significância a partir de outra perspectiva. Em 1997, o National Park Service publicou no Boletim do Registro Nacional o guia intitulado *How to Complete the National Register Registration Form*, coordenado pela arquiteta e historiadora Linda McClelland, no qual a significância ganhava uma seção inteira para discussão do processo de elaboração de sua declaração. No guia, está definido:

Significância pode ser encontrada em quatro aspectos da história americana reconhecidos pelos Critérios para o Registro Nacional: (i) associação com eventos históricos; (ii) associação com pessoas importantes; (iii) design distintivo ou características físicas; (iv) potencial para fornecer informações importantes sobre história ou pré-história (MCCLELLAND, 1997, p. 1, tradução nossa).

Em outras palavras, o guia estadunidense relaciona a significância aos quatro critérios estabelecidos para o Registro Nacional e o seu reconhecimento como patrimônio dos Estados Unidos. A proposta de McClelland consistia

no preenchimento de uma ficha pré-definida, subdividida em duas partes: a primeira é destinada à indicação do critério no qual está enquadrado o bem que pretende ser reconhecido como patrimônio estadunidense, seguida de informações a serem preenchidas pelos técnicos do NPS, como dados sobre o proprietário do bem, o projeto, e o projetista, além de espaços para pequenas descrições discursivas sobre marcos importantes da significância, seu recorte temporal avaliado e afiliações culturais relevantes.

Na segunda parte da ficha é sugerida a construção de um texto narrativo, em até duas páginas, justificando a significância identificada. Esse momento representa o que os australianos e canadenses chamam de declaração de significância, propriamente dita, e o texto deve ser escrito de forma sucinta. Em outras palavras, a proposta de McCellannd (1997) para a Declaração de Significância constava, então, de uma etapa objetiva e técnica de análise e enquadramento do bem em algum dos critérios definidos pelo NPS. Tal estratégia é distinta das demais apresentadas pelas instituições australianas e canadenses, que mais se aproximam da *Carta de Burra*.

Porém, essa análise a priori em muito se assemelha à proposta da Unesco para o Valor Universal Excepcional (OUV), que conta com o enquadramento do bem em pelo menos um dos dez critérios definidos pela instituição como “justificativos da sua significância”, para o reconhecimento do título de Patrimônio Mundial.

O guia do NPS tampouco aponta a importância da consulta aos atores sociais para elaboração da segunda parte da ficha, o que levaria a DS a reconhecer apenas os valores identificados pelos especialistas. Essa compreensão da significância como centrada em critérios do NPS condiciona àquele entendimento de que os valores e significados são intrínsecos ao bem e validados exclusivamente por especialistas.

Logo, a postura do NPS assume uma compreensão distinta das demais instituições anglo-saxãs no tocante à elaboração da Declaração de Significância. Os pesquisadores estadunidenses foram, então, responsáveis por alavancar a discussão sobre significância durante os primeiros anos, pois, ao analisarem a prática exercida pela instituição federal de salvaguarda, percebiam a divergência de entendimento existente acerca da noção de significância cultural. Ainda na década de 1980, o NPS já era questionado por acadêmicos estadunidenses a respeito da sua compreensão objetiva e

não relativista da significância. Tais críticas acompanharam a noção de significância pelos anos seguintes e ainda são apontadas nos textos atuais.

4 A SIGNIFICÂNCIA CULTURAL A PARTIR DOS TEÓRICOS ESTADUNIDENSES E BRASILEIROS

No período marcado pelos quarenta anos compreendidos entre a publicação da 1ª edição da *Carta de Burra*, em 1979, até o ano de 2019, realização da pesquisa, os teóricos estadunidenses e brasileiros aparecem como autores dos principais textos que debatem a noção de significância, tornando perceptível o alinhamento ideológico entre as pesquisas desenvolvidas por ambos os países.

4.1 Os pesquisadores estadunidenses

Entre 1980 e 1990, teóricos anglo-saxões passam a apontar problemas de ambiguidade na compreensão de significância, como os estadunidenses Tainter e Lucas (1983) e Green (1998). Ao analisarem as práticas de preservação adotadas por técnicos do NPS, perceberam que os valores patrimoniais eram enxergados como intrínsecos aos objetos patrimoniais, levando os especialistas a interpretar e atribuírem os valores identificados por eles próprios. Contudo, a significância como um conjunto de valores patrimoniais reconhecido e identificado por atores sociais relacionados ao bem requer que o processo conte com a consulta a outros grupos sociais, além dos especialistas. Eis, então, a principal crítica que acompanhou a significância até o cenário contemporâneo. Em *Epistemology of the Significance Concept*, Tainter e Lucas (1983, p. 712, tradução nossa) pontuam:

Aparentemente, a significância, aplicada às propriedades históricas, deve ser tomada como um termo primitivo, cujo sentido os formuladores de leis e regulamentos acreditam ser auto evidente com base na experiência.

Esse questionamento também é evidenciado pelo pesquisador Howard Green, em *The Social Construction of Historical Significance*, publicado em 1998 numa coletânea de textos que compreende a significância cultural como fruto de uma construção social, a partir da interação de diferentes grupos de atores sociais, divergindo, assim, do NPS e não reconhecendo os valores patrimoniais como inerentes ou intrínsecos aos objetos culturais.

Segundo Green (1998, p. 87, tradução nossa), “o termo significância está enraizado no latim para ‘signo’; chegando até nós por meio da palavra ‘significa’; que quer dizer agir como um signo, ou carregar significado”. Ao analisar o comportamento dos especialistas da conservação sobre a compreensão da significância, Green (1998) ressalta a importância de que os significados sejam identificados a partir de um processo social. Para o autor:

Embora a história seja o que os historiadores dizem ser, o que é significativo sobre a história não é determinado por profissionais em áreas relacionadas. É resolvido através de um amplo processo social, no qual os historiadores desempenham apenas um pequeno papel (GREEN, 1998, p. 90, tradução nossa).

Anos mais tarde, em 2004, o pesquisador Randall Mason, professor na Universidade da Pensilvânia (UPPEN), resgatava as discussões apontadas por Tainter e Lucas (1983) e Green (1998). Mason (2004) também analisa o entendimento de significância para as instituições de salvaguarda e os congressistas estadunidenses, publicando o trabalho intitulado *Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique of Significance*.

O pesquisador tece uma crítica inicial à teoria da conservação, que se reflete na noção de significância, fundamentado no argumento de que as decisões tomadas a respeito da preservação do patrimônio estão, quase sempre, nas mãos dos especialistas do campo:

Primeiro, a significância tem sido usada, muitas vezes, como um instrumento contundente – ou pior, uma caixa preta. O julgamento na significância é desenhado, atento à arquitetura e aos cânones históricos, associados e validados por acadêmicos. Como um campo, a preservação mostrou pouco apetite por pensar criticamente sobre a significância, ou teorizar o significado (MASON, 2004, p. 64, tradução nossa).

O autor defende, ainda, que “mais vozes” devem ser ouvidas na identificação da significância, visto que os especialistas monopolizam as decisões acerca do patrimônio, e os valores reconhecidos acabam sendo aqueles atribuídos pelos técnicos. Outro ponto evidenciado por Mason está na sua compreensão de que há uma conexão entre aspectos materiais e imateriais que compõem o patrimônio. Porém, para o autor:

À medida que o campo da preservação se tornou profissionalizado ao longo do século XX, enfatizou demais o lado do tecido, na conexão

entre memória e tecido. Isso nos levou a ignorar a natureza essencial da significância – que é uma expressão dos significados culturais, espera-se que mude [...] (MASON, 2004, p. 65, tradução nossa).

Ou seja, as estratégias de preservação enaltecidas pela prática das instituições estadunidenses e pela legislação federal dos EUA estão centradas nos aspectos materiais do patrimônio, e, segundo Mason, essa leitura foi transferida para a forma como é pensada a significância. Destarte, Mason complementa sua crítica apontando que:

O resultado tem sido uma mentalidade preservacionista dominante de “consertar as coisas”, literal e metaforicamente: consertar construções quebradas e estruturas deterioradas, gentrificando distritos históricos abatidos, colocando-os no caminho de tratores e (não menos importante), consertando o significado de construções e locais preservados (MASON, 2004, p. 65, tradução nossa).

Logo, as práticas de conservação estadunidenses assumem postura de “consertar” o patrimônio, priorizando aspectos físicos e materiais, diante da monopolização dos especialistas da conservação no processo de reconhecimento dos valores patrimoniais.

Em contrapartida, ao longo dos anos 2000, Mason integrou a *Pesquisa sobre os valores patrimoniais*, fomentada pelo Getty Conservation Institute (GCI), e, junto às pesquisadoras Érica Avrami e Marta de La Torre elaborou uma série de publicações, entre elas o texto *Assessing the Values of Cultural Heritage* (2002), debatendo usos mais críticos e progressivos do conceito de significância, chegando a se aproximar mais dos valores patrimoniais visando o aprofundamento no tema. A equipe do GCI registra na pesquisa que a teoria da conservação se encontra diante de novos desafios, como a salvaguarda dos valores e da significância do patrimônio, que contribuem para o enaltecimento de aspectos intangíveis dos bens patrimoniais, e para o envolvimento de maior variedade de sujeitos na conservação.

4.2 Os pesquisadores brasileiros

Enquanto os pesquisadores estadunidenses contribuíram para o avanço dos estudos sobre a significância entre as décadas de 1980 e 2000, os teóricos brasileiros enriquecem a discussão, majoritariamente, a partir do início do novo milênio até os dias atuais.

No Brasil, o ex-presidente do Centro de Estudos Avançados sobre a Conservação Integrada (Ceci-PE), Sílvio Zancheti, junto a outros pesquisadores da instituição, em *Judgement and Validation in the Burra Charter Process: Introducing Feedback in Assessing the Cultural Significance of Heritage* (2009), aponta que “a significância cultural é definida como o conjunto de todos os valores identificáveis e resultantes de um julgamento contínuo (passado e presente) e a validação social dos significados dos objetos” (ZANCHETI *et al*, 2009, p. 51, tradução nossa).

No texto, os autores criticam o Artigo 1.2 da *Carta de Burra*, que define: “o significado cultural está incorporado no próprio sítio, no seu tecido, na sua envolvente, na sua utilização, nas suas associações, nos seus registros, nos sítios relacionados e nos objetos relacionados” (CARTA DE BURRA, 2013, p. 5). Para os pesquisadores do Ceci, essa definição torna a significância passível da compreensão dos valores patrimoniais como intrínsecos ao objeto. Zancheti *et al* (2009, p. 50, tradução nossa) pontuam:

Do ponto de vista epistemológico, antes da Carta de Burra, a significância era tratada, basicamente, sob a perspectiva da filosofia empírico-positivista. Nesta abordagem, significância é objetivamente determinada, porque os valores são considerados qualidades inerentes a um sítio.

Sendo assim, os autores reforçam a importância de os valores serem considerados como frutos das atribuições sociais, convergindo com o debate estadunidense. Para Zancheti *et al* (2009), a significância consiste nos valores identificados no presente e no passado, apreendidos em virtude da memória dos atores sociais relacionados ao sítio que, ao atribuírem valores, baseiam sua avaliação em uma “estrutura conceitual que os ajuda a apreender e interpretar os objetos” (ZANCHETI *et al*, 2009, p. 50, tradução nossa). Logo, os atores sociais representam o principal elemento responsável por gerar conhecimento sobre o bem patrimonial. A relação entre sujeito e objeto, para Zancheti *et al* (2009), é algo variável e dependente de contextos (sociais, políticos e culturais), do lugar e do tempo.

A opinião dos autores é que a DS deve ser construída a partir do entendimento do relativismo cultural, e assim poderá tornar-se um instrumento que permite estabelecer: os valores em disputa na sociedade; uma avaliação, no presente, dos valores patrimoniais segundo uma escala de

importância, indicando os conflitos mais relevantes; e uma explicação para ressignificações dos valores do passado até hoje (ZANCHETI *et al*, 2009).

Em *Declaração de Significância: um instrumento de salvaguarda do patrimônio arquitetônico*, os pesquisadores Azevêdo, Pontual e Zancheti (2014) analisam modelos de declaração de significância existentes e realizam um levantamento de procedimentos metodológicos para elaboração de uma DS destinada a exemplares arquitetônicos. Azevêdo, Pontual e Zancheti (2014) sugerem que o período de revisão da Declaração de Significância ocorra a cada dez anos, período indicado pela Unesco nos relatórios periódicos dos Estados Árabes (2004), para realização dos planos de gestão da conservação: “considerando que a declaração de significância é um dos instrumentos utilizados na elaboração de um plano de gestão, pode-se considerar o mesmo intervalo de tempo até a sua revisão” (AZEVEDO; PONTUAL; ZANCHETI, 2014, p. 10). Ainda segundo os autores, é recomendado escrever a declaração de forma sucinta e clara, relacionando os valores e significados do objeto.

Azevêdo, Pontual e Zancheti (2014) discursam sobre a existência de dois tipos de abordagens sobre a construção da significância cultural:

A abordagem objetiva, que compreende os valores como qualidades intrínsecas aos bens patrimoniais, ou seja, como um conceito fixo. Este ponto de vista presume que a cultura pode ser tratada como um conjunto estático de artefatos (MASON, 2004, p. 66) e que o mesmo objeto terá os mesmos valores para diferentes grupos sociais e culturais. Outro ponto de vista é o da abordagem relativista, que apreende os valores como qualidades subjetivas, atribuídas pelos atores sociais, e que se transformam no tempo e no espaço (AZEVEDO; PONTUAL; ZANCHETI, 2014, p. 3).

Em outras palavras, os pesquisadores apontam a existência de duas leituras distintas identificadas na compreensão da significância: a objetiva, centrada nos valores interpretados por técnicos e especialistas, e a relativista, que aposta na consulta a atores sociais diversos para validação dos valores patrimoniais. Contudo, ainda que sejam admitidas abordagens objetiva e relativista, tem se estabelecido, no universo da teoria da conservação, o entendimento a partir da apreensão de valores como qualidades subjetivas e atribuídas por atores sociais.

Nos últimos anos, o campo da conservação tem discutido sobre metodologias para compreensão de valores e significados, e identificado procedimentos metodológicos que contribuam para a aplicação da significância como instrumento de salvaguarda. Entre 2015 e 2017, a Fundação Getty, através do programa *Keeping it Modern*, fomentou subsídios para elaboração de planos de gestão da conservação para quatro edifícios modernos brasileiros: a sede da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP); o Pavilhão Arthur Neiva, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); a Casa de Vidro, projeto de Lina Bo Bardi; e o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp).

Até 2014, o *Keeping it Modern* já havia fomentado mais de cinquenta planos de gestão da conservação em diversos países “que guiem as ações nessas obras a longo prazo e estabeleçam paradigmas para a conservação da arquitetura do período” (KÜHL, 2019, p. 17). Entre as demandas dos planos de gestão da conservação estava a elaboração de Declarações de Significância sobre os bens patrimoniais modernos, adotando princípios metodológicos da *Carta de Burra*. Os planos de gestão elaborados compõem o *Keeping it Modern: Report Library*, junto aos bens patrimoniais dos outros países contemplados com os subsídios da Fundação Getty.

Ou seja, à medida que a noção de significância se estabelecia no campo teórico e apontava críticas convergentes entre os principais pesquisadores brasileiros e estadunidenses, ao longo dos últimos quarenta anos, sua aplicação se manteve bastante objetiva enquanto instrumento de preservação pelas instituições de salvaguarda, nem sempre consultando atores sociais diversos para identificação dos valores e da significância do bem.

Em *Da natureza complexa dos bens culturais: a indissociabilidade entre significância cultural, integridade e autenticidade*, a professora da Universidade de Brasília, Lira (2017, p. 14), enfatiza que: “nas últimas duas décadas, a teoria tradicional da conservação tem passado por processos de revisão e renegociação das verdades pré-concebidas e dos valores absolutos”. Lira tem aprofundado o estudo sobre a operacionalização da significância, buscando consolidar matriz metodológica que permita a análise sistematizada sobre os bens culturais, em um processo que envolve o “consenso sobre a significância” que possa orientar ações projetuais. Afinal, para a pesquisadora:

A significância equivale ao conjunto de valores atribuídos ao bem. O nível de significância influi diretamente na forma como se conduzirá a ação de conservação. Valores podem estar em conflito e o entendimento da significância cultural do bem permite hierarquizá-los e orientar o processo de conservação para que seja priorizada a manutenção no tempo daqueles mais relevantes (LIRA, 2017, p. 22).

Logo, Lira (2017) reforça a importância de estudos como a significância na orientação de ações projetuais, pois serão pautados no processo de validação intersubjetiva que resultará na identificação dos valores atribuídos por atores sociais relacionados ao bem.

Nas últimas décadas, pesquisadores estadunidenses e brasileiros têm aprofundado os questionamentos e discussões sobre a noção da significância no âmbito teórico, além de seu funcionamento como instrumento de salvaguarda, na prática de conservação; e têm convergido ideologicamente sobre o entendimento da significância.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica realizada esteve centrada na compreensão teórica da significância e de seu contexto segundo os especialistas da conservação e das instituições de salvaguarda anglo-saxões e brasileiros, que têm buscado orientar a significância para alguns desafios que precisam ser superados de modo a ter uma maior efetividade como instrumento de conservação. Ao longo de quatro décadas (1979-2019) de discussão, os principais textos e teóricos brasileiros e estadunidenses convergem a um entendimento sobre a significância e sua importância na prática da conservação.

Segundo pesquisadores brasileiros, a significância tem sido compreendida a partir de duas abordagens distintas: uma objetiva, na qual os valores identificados são frutos da pesquisa dos especialistas e técnicos das instituições de salvaguarda, e outra relativista, que defende a consulta junto aos atores sociais para a validação de valores atribuídos ao bem.

A operacionalização da noção de significância tem sido aprofundada pelos teóricos da conservação e pelas instituições de salvaguarda, e alguns procedimentos metodológicos sugeridos são identificados em métodos propostos, como: levantamento e identificação do bem; julgamento e validação de valores junto aos atores sociais relacionados; a redação do documento da declaração de significância. Todavia, há maior foco na

metodologia de elaboração da Declaração de Significância do que no desenvolvimento de métodos de pesquisa e identificação de valores junto a grupos diversos de atores sociais.

A significância, então, caminha a um estado de discussão teórica em consolidação, no qual estudos brasileiros, estadunidenses e anglo-saxões permitem identificar desafios contemporâneos que, se superados, podem auxiliar no amadurecimento da noção: como pensar o envolvimento de outros campos do saber; de se ouvir “mais vozes” de atores sociais na identificação da significância; e, acima de tudo, ser mais adotada como instrumento de conservação na prática de preservação.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Gabriela; PONTUAL, Virginia; ZANCHETI, Silvio. Declaração de significância: um instrumento de salvaguarda do patrimônio arquitetônico. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE REABILITAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E EDIFICADO*, 12., 2014, Bauru. *Anais* [...]. Bauru: FAAC-UNESP, 2014. p. 1712-1722.
- CANADIAN Register of Historic Preservation: Writing Statements of Significance. Winnipeg: Parks Canada, 2006.
- GREEN, Howard L. The Social Construction of Historical Significance. *In: TOMLAN, M. A. (ed.). Preservation of What, for Whom?: A Critical Look at Significance*. Ithaca: National Council for Preservation Education, 1998.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Reflexões sobre os projetos do programa Keeping it Modern / Fundação Getty Brasil. *In: ANELLI, R. (org.). Plano de Gestão e Conservação: Casa de Vidro*, arquiteta Lina Bo Bardi. São Paulo: IAU-USP: Instituto Bardi Casa de Vidro, 2019.
- LIRA, Flaviana Barreto. Da natureza complexa dos bens culturais: a indissociabilidade entre significância cultural, autenticidade e integridade. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO: ARQUIMEMÓRIA*, 5., 2017, Salvador. *Anais* [...]. Salvador: IAB-Bahia, 2017. p. 6-30.
- MASON, Randall. Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique of “Significance”. *Places*, San Francisco, v. 16, n. 1, p. 64-71, 2004. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/74qoj4j2>. Acesso em: 17 mar. 2020.
- MCCLELLAND, Linda F. *National Register Bulletin: How to Complete the National Register Registration Form*. Washington, DC: U.S. Department of the Interior, 1997.
- NATIONAL PARK SERVICE. Historic Sites Act. Federal Historic Preservation Law. Disponível em: https://www.nps.gov/parkhistory/online_books/fhpl/historic_sites_act.pdf. Acesso em: 17 mar. 2020.
- RUSSEL, Roslyn; WINKWORTH, Kylie. *Significance 2.0: A Guide to Assessing the Significance of Collections*. Adelaide: Collections Council of Australia, 2009.

TAINTER, Joseph; LUCAS, John. Epistemology of the significance concept. *American Antiquity*, Cambridge, v. 48, n. 4, p. 707-719, 1983. DOI 10.2307/279772.

THE BURRA CHARTER. *The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance*, 1979; 1999; 2013. Tradução Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Disponível em: <https://openarchive.icomos.org/id/eprint/2145/>; <https://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31.10.2013.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

THE VENICE CHARTER. *The International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites*, 1964. Tradução Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Disponível em: <https://www.icomos.org/en/participer/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/157-the-venice-charter>. Acesso em: 22 nov. 2019.

ZANCHETI, Silvio Mendes *et al.* Judgment and Validation in the Burra Charter Process: Introducing Feedback in Assessing the Cultural Significance of Heritage. *Revista City & Time*, Recife, v. 4, n. 2, p. 47-53, 2009. Disponível em: <http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2009/CT-2009-146.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

